



**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Rua Bela Cintra, nº 1032 – Cerqueira César – CEP 01415-000 – São Paulo – SP

**OFÍCIO ESPECIAL**

**São Paulo, 22 de janeiro de 2020.**

**REF.: Instruções para Prestação de Contas 2019 – Parcerias  
"Restaurante Bom Prato"**

**Prezados Senhores,**

Em cumprimento ao art. 48<sup>(i)</sup> da Lei Complementar 101/00 (LRF), artigos 25<sup>(ii)</sup> e 26<sup>(iii)</sup> da Lei Complementar 709/93 C/C Resolução nº08/08 e instruções nº02/2016, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, requisitamos a esta entidade providenciar a documentação abaixo arrolada para compor a Prestação de Contas do Convênio "Restaurante Bom Prato" exercício 2019.

A referida documentação deve ser encaminhada **até 20 de MARÇO de 2020**, para esta Coordenadoria no seguinte endereço: **Rua Boa Vista, nº 170, 5º Andar, Bloco 5 – Centro – CEP 01014-930 – São Paulo/SP.**

**1) certidão contendo os nomes dos dirigentes e conselheiros** da OSC, forma de remuneração, períodos de atuação com destaque para o dirigente responsável pela administração dos recursos recebidos à conta do convênio, endereço residencial, telefone de contato, e-mail pessoal, número e órgão expedidor da Carteira de Identidade (RG) e nº do CPF;

**2) relatório anual de execução do objeto do ajuste, contendo as atividades desenvolvidas para o seu cumprimento e o**



**comparativo de metas propostas com os resultados alcançados.**

Relatório de Atividades do Restaurante Bom Prato - exercício de 2019, contendo número de refeições servidas no período (crianças, adultos e soma total; total de café da manhã); área (m<sup>2</sup>) utilizada pelo restaurante; capacidade de atendimento e outras atividades desenvolvidas pela OSC que envolveu o público do restaurante (atividades comemorativas, por exemplo);

**3) demonstrativo integral das receitas e despesas** computadas por fontes de recurso e por categorias ou finalidades dos gastos, aplicadas no objeto do convênio, conforme modelo contido no **anexo 14** (segue modelo) (antigos anexos 17 e 29);

Para o correto preenchimento deste formulário é necessário que os saldos (do exercício anterior e o final) sejam coincidentes com os saldos bancários (conta corrente e aplicação) mais o saldo de caixa (caso tenham ficado com valores em espécie na unidade) em 31/12/2019.

Lembrando que o saldo do exercício anterior consta no documento elaborado para a prestação de contas do exercício de 2018.

É aconselhável que o mesmo seja elaborado por profissional que tenha acesso aos documentos contábeis da OSC, pois os mesmos devem conter as mesmas informações.

Para as parcerias que foram firmadas no exercício de 2019, deverão ser elaborados dois Anexos 14, um para cada período.

**Após preenchido, o documento deverá ser encaminhado para conferência (no arquivo Excel) antes de ser enviado;**

**4) relação dos contratos e respectivos aditamentos firmados com a utilização de recursos públicos administrados pela OSC para os fins estabelecidos no termo de convênio**, contendo a identificação das partes, data, objeto, vigência, valor pago no exercício e condições de pagamento.



**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Rua Bela Cintra, nº 1032 – Cerqueira César – CEP 01415-000 – São Paulo – SP

**5) conciliação bancária** do mês de dezembro de 2019, da **conta corrente específica aberta** em instituição financeira oficial, indicada pelo órgão público conveniente, para movimentação dos recursos do convênio, acompanhada dos respectivos extratos de conta corrente e de aplicações financeiras.

No caso da prestação de contas por período, é necessário uma conciliação para cada término do período.

**6) publicação do Balanço Patrimonial** da OSC, dos exercícios encerrado e anterior (divulgação em jornal ou outro meio).

Na ausência de publicação em jornal local e de grande circulação, comprovar que houve a divulgação do balanço patrimonial **por declaração** assinada pelo presidente e pelo conselheiro fiscal da entidade, indicando a forma utilizada na divulgação e juntar cópia da mesma (página eletrônica, afixação em mural, jornal interno etc.).

**7) demais demonstrações contábeis e financeiras da OSC, acompanhadas do balancete analítico do exercício.**

**8) balanço patrimonial.**

**9) certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade** – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis (**certidão específica comprovando habilitação para assinar prestação de contas**);

**10) na hipótese de aquisição de bens móveis e/ou imóveis com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil, patrimonial.** Caso não tenha ocorrido nenhuma aquisição, enviar declaração negativa.

**11) declaração atualizada acerca da existência ou não no quadro diretivo da OSC de membro do Poder ou do Ministério Público, ou de dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental celebrante, bem como**



**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Rua Bela Cintra, nº 1032 – Cerqueira César – CEP 01415-000 – São Paulo – SP

**seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.**

**12) declaração atualizada da ocorrência ou não de contratação ou remuneração a qualquer título, pela OSC, com recursos repassados, de servidor ou empregado público, ainda que previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;**

**13) parecer do conselho fiscal** – Parecer dos conselheiros fiscais ou a ata da reunião em que houver a deliberação acerca da prestação de contas.

**14) relação nominal dos empregados apenas do Restaurante Bom Prato;**

**15) cópias das folhas de pagamento dos mesmos (funcionários da unidade),** referente aos meses de março, julho, setembro e dezembro.

Obs.: Caso a entidade não tenha funcionários registrados no Bom Prato (sejam terceirizados), enviar declaração negativa.

**16) relação de funcionários** de outros órgãos **cedidos** pelo Poder Público à entidade (em caso negativo, apresentar **declaração** negativa);

**17) lista dos bens patrimoniais** adquiridos com os recursos da parceria em **2019** (em caso negativo, apresentar **declaração** negativa).

**18) relação de todos os bens patrimoniais** pertencentes à unidade do Bom Prato.

**19) regulamento para contratação de obras e serviços,** bem como para compras com emprego de recursos financeiros repassados à Conveniada.

**20) Certidões de regularidade fiscal e trabalhista.**

**21) planilhas com a demonstração de aplicação dos recursos recebidos – público e do usuário,** conforme modelo encaminhado e cópias dos extratos bancário da conta vinculada ao



**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Rua Bela Cintra, nº 1032 – Cerqueira César – CEP 01415-000 – São Paulo – SP

programa (AS MESMAS QUE SÃO ENCAMINHADAS MENSALMENTE, SÓ QUE ASSINADAS)

**Os documentos originais de receitas e despesas referentes à comprovação da aplicação dos recursos próprios e os de origem pública, vinculados à parceria, depois de contabilizados, deverão ficar arquivados na entidade conveniada, à disposição do Tribunal de Contas, por 10 anos contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas, conforme dispõe o artigo 132, parágrafo 4º, da Instrução nº 02/2016 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.**

**Lembramos que todos os documentos fiscais que comprovem as despesas – inclusive nota fiscal eletrônica – devem conter o número do ajuste e identificação do programa (Bom Prato – Unidade XXXX).**

**Ainda, de acordo com o Art. 11, da Lei Federal 13.019/2014, a OSC deverá divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com a administração pública.**

**Também compõem a prestação de contas anual o relatório semestral de execução do objeto, elaborado pela OSC, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados (Art. 66, inciso I, da Lei 13.019/2014).**



**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**  
COORDENADORIA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL  
Rua Bela Cintra, nº 1032 – Cerqueira César – CEP 01415-000 – São Paulo – SP

Para eventuais esclarecimentos, contatar Thêmis, no telefone (11) 2763-8357.

Atenciosamente,

**DIRETORIA / BOM PRATO**  
Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional / COSAN

---

<sup>i</sup> **ART. 48.** São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

<sup>ii</sup> **Artigo 25** - No exercício das funções de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Poderes Públicos estaduais e municipais, o Tribunal de Contas, através de inspeções e verificações acompanhará a execução orçamentária e patrimonial dos órgãos da administração direta e autarquia, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas direta ou indiretamente pelos Poderes supracitados, inclusive a aplicação de subvenções e renúncia de receitas quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, devendo:

I - examinar a escrituração contábil e a documentação a ela correspondente;

II - acompanhar as fases da despesa, inclusive verificando a regularidade do empenho, licitação e contrato quando necessário;

III - acompanhar a arrecadação da receita, bem como as operações de crédito, a emissão de títulos, além de verificar os depósitos em caução, fiança, ou dos bens dados em garantia;

IV - verificar a regularidade da execução da programação financeira;

V - examinar os créditos adicionais, as despesas de exercícios encerrados e os “Restos a Pagar”.

§ 1º - Nenhum processo, documento ou informação poderá ser subtraído às inspeções do Tribunal de Contas, a qualquer pretexto, sob pena de responsabilidade.

§ 2º - Vetado.

<sup>iii</sup> **Artigo 26** - Para cumprimento de suas funções, o Tribunal de Contas poderá utilizar-se dos elementos apurados pelas unidades internas de controle da administração direta e autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público estadual ou municipal.